



## DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL: TECENDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS

**CASTRO<sup>1</sup>, Rafael Fonseca de; GARCIA, Simone C. (orientadora)<sup>2</sup>**

<sup>1,2</sup> Curso de Pós-Graduação em Linguagens Verbais, Visuais e suas Tecnologias/IF-Sul  
Praça Vinte de Setembro, 455 - Pelotas (RS) – CEP 96.015-360 - [rafaelfdecastro@gmail.com](mailto:rafaelfdecastro@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O cerne deste trabalho é fruto de parte do escopo teórico de minha dissertação de mestrado intitulada “Aprendizagem e Trabalho Colaborativo na Educação a Distância” (CASTRO, 2008) - pesquisa que objetivou investigar características de processos de aprendizagem na modalidade de educação a distância (EaD), com ênfase na influência de atividades de Trabalho Colaborativo (TC) nesses processos. No presente trabalho, objetivo sublinhar, a partir de discussão teórica, a relevância do desenvolvimento de políticas educacionais baseadas em um ensino das e pelas tecnologias que atinja, efetivamente, não só a inclusão como também a emancipação digital e social de cidadãos e cidadãs.

Nesta escrita, discorro acerca do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação/Tecnologias Digitais (TICs/TDs) como dispositivos de inclusão social, a partir de uma perspectiva freireana. Para além da possibilidade de incluir digitalmente, defendo a perspectiva de emancipação digital, alicerçado teoricamente pela proposta de Gilson Schwartz. A proposta de Schwartz (2008) acena para uma educação digital que objetiva não apenas a inclusão social de cidadãos e cidadãs pelo conhecimento das TICs/TDs, mas também a utilização consciente, crítica e autônoma dessas tecnologias.

Justifico a realização deste trabalho por acreditar que em uma sociedade cada vez mais marcada pela má distribuição de renda e de oportunidades e pela diversidade cultural e de padrões étnicos, estéticos e de comportamento, as TICs/TDs surgem como ferramentas capazes de atender a demanda por formação continuada e pela promoção do desenvolvimento social humano.

### 2. INCLUSÃO DIGITAL

Demo (2007) sustenta que é fundamental que se entenda a inclusão digital como política social do conhecimento, como alavanca importante contra a desigualdade social. O autor afirma, com propriedade, que a desigualdade de informação e comunicação no uso das Tecnologias Digitais é um subconjunto da desigualdade social. Withrow (2004), por sua vez, vai além ao discorrer sobre a alfabetização na era digital:

Estar analfabeto não é apenas não saber ler, escrever e contar, é principalmente estar por fora do mundo digital, em especial das oportunidades de saber pensar mediadas por plataformas informacionais. [...] Precisamos desenvolver habilidades de alfabetização que incluem habilidades analíticas críticas que capacitam cidadãos a usar tecnologia eficiente e eticamente (p. 32).

Schwartz (2008) considera a **inclusão digital** como a universalização do acesso às TICs/TDs, visando à redução de desigualdades sociais e a promoção de novos mecanismos de geração de renda e redução do desemprego. Com base neste pensamento e nas principais características dos programas atuais de inclusão digital, este autor destaca três linhas de ação:

- a) mercado, trabalho e oportunidades:** oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação;
- b) universalização de serviços e formação para a cidadania:** a promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à internet; o fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social;
- c) educação na sociedade da informação:** certificação em tecnologias de informação e comunicação em larga escala (Schwartz, 2008, p. 1) (grifos do autor).

Contudo, para Lévy (2000),

Não se trata apenas [...] de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo os papéis de professor e de aluno (p. 172).

Posturas e atitudes, como as proclamadas por Withrow (2004), Schwartz (2008) e Lévy (1999; 2000), sublinham a relevância do desenvolvimento de programas de inclusão digital como dispositivos de inclusão social. Ciente do quanto a tecnologia pode contribuir para uma sociedade mais justa, este trabalho assume como premissa fundamental que a habilidade de acessar, adaptar e criar novo conhecimento por meio das TICs/TDs é crítica para que ocorra inclusão social, nos dias de hoje. Demo (2007, p. 15) corrobora esta ideia, salientando como ponto fundamental que "as oportunidades sócio-econômicas, políticas, socioculturais, individuais e sociais se tornam cada dia mais condicionadas pelas habilidades digitais".

No Brasil, Takahashi (2000) explica que a agenda de inclusão digital começou a se delinear no final da década de noventa, quando foram publicados o Livro Verde e o Livro Branco do Programa da Sociedade da Informação (SOCINFO) pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Todavia, como explica Schwartz (2008), ainda há insatisfação com os programas atuais de inclusão digital.

### **3. DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL**

Propondo o conceito de **emancipação digital**, Schwartz (2008) explica que na atualidade já não é suficiente estar incluído digitalmente. Para ele, se faz necessário estar emancipado digitalmente - um indivíduo emancipado digitalmente vai além da utilização passiva das TICs/TDs, fazendo uso consciente, crítico e

autônomo dessas ferramentas, o que tende a potencializar resultados obtidos em projetos tradicionais de inclusão digital.

Entretanto, a emancipação digital não ocorre apenas montando laboratórios de informática nas escolas. Esse é apenas o primeiro passo, obviamente fundamental, mas não suficiente. Demo (2007) sustenta que urge transformar as escolas, ainda que gradativamente, em laboratórios (centros) de aprendizagem digital, o que demanda, para além dos recursos financeiros e materiais – muito significativos –, mudanças drásticas na formação docente (que deve ser permanente) e principalmente na didática escolar. Silva e Claro (2007) também seguem nesse caminho ao defender que é preciso reconhecer que ainda não se fez na formação de professores, o que deveria ser feito para prepará-los até mesmo para utilizar a televisão. O que se poderia dizer, então, sobre o computador e a internet? Os autores salientam que muito pouco se tem feito para qualificar o professor à altura da demanda comunicacional desencadeada pelas TICs/TDs.

Martins e Galdino (2006) entendem que as inovações tecnológicas têm um apelo à emancipação humana, pois, com seu auxílio, homens e mulheres poderiam ter maior domínio da natureza, aumentar seu tempo livre e, fundamentalmente, ter a possibilidade de conquista do progresso material. Paulo Freire (1997; 2008; 2009) acreditava no papel potencializador da Informática para a Educação e para os movimentos sociais, entendendo que há uma relação entre emancipação humana e inclusão digital. Freire assim proclama sobre essa latente possibilidade:

Processos de emancipação digital buscam promover o deslocamento do paradigma da “sociedade da informação” para um que tenha a “sociedade do conhecimento” como horizonte, fazendo do acesso apenas um dos elos, necessário, mas insuficiente, na cadeia produtiva de informação que poderá dar sustentabilidade à emancipação econômica, social e cultural dos cidadãos (FREIRE, 1997, p. 22) (grifos do autor).

Em suas obras, Freire (2008) discorre sobre conceitos inerentes ou diretamente ligados à relação Educação e Tecnologia, além dos parafraseados acima, Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, tais como: Inclusão Digital, Comunicação, Emancipação e Futuro/Futurível. Também é possível encontrar obras sobre o tema, a partir dos pressupostos teóricos e práticos de Freire (2009), como Tecnologia Educacional, Tecnologia da Informação e Comunicação, Tecnologia da Libertação/Libertadora, Tecnolopia, Educação Tecnológica, Educação Comunicativa e Educação a Distância – obras que podem ser encontradas acessando a Biblioteca Digital Paulo Freire (FREIRE, 2009).

A partir da perspectiva apontada por Freire (1997; 2008; 2009), penso que para se alcançar a emancipação digital nas escolas – e também fora delas -, professores e alunos precisam ir além do uso passivo das TICs/TDs, formando redes que conectem espaços de aprendizado e de vida para a construção colaborativa de conhecimentos e para a ampliação das oportunidades de emprego e renda. Este pensamento se soma ao de Demo (2007), que assim explica:

Não se trata só de acesso, mas principalmente de capacidade de uso, para o que são cruciais as *habilidades digitais*. Estas são definidas, não só como capacidade de operar computadores e conexões em rede, mas, sobretudo, como habilidade de procurar, selecionar, processar e aplicar informação a partir de múltiplas fontes e, em especial, a habilidade de usar estrategicamente a informação para aprimorar a própria posição na sociedade. Nesse sentido, o acesso à nova mídia condiciona

profundamente as oportunidades de participar em muitos campos da sociedade (p. 14) (grifos do autor).

#### 4. METODOLOGIA

Trata-se esta, de uma pesquisa Qualitativa do tipo Bibliográfica, na qual, como explica Gil (1999), o pesquisador estuda, geralmente, livros, obras clássicas, periódicos e artigos científicos sobre determinada temática. Neste caso, embasei este trabalho a partir de obras de Paulo Freire que abordam os temas Informática na Educação e/ou Inclusão Digital e da perspectiva de Emancipação Digital, proposta por Gilson Schwartz (2008), além de obras de outros pesquisadores sobre o tema supracitado.

#### 5. CONCLUSÕES

O modelo de inclusão/emancipação digital assumido neste trabalho, assim como o modelo proposto por Freire e pós-freireanos (1997; 2008; 2009), Schwartz (2008) e outros pesquisadores desta problemática, está centrado na formação de um sujeito capaz de problematizar o mundo em que vive de forma crítica e, assim, dar sentido aos objetos de seus conhecimentos. Todavia, fica evidente que não basta ter equipamentos e profissionais qualificados para que se promova emancipação digital. É necessário que os processos educativos estejam focados na formação de alunos conscientes das informações que recebem para que possam, posteriormente, usufruírem de forma crítica e autônoma do que o conhecimento tecnológico lhes pode proporcionar, vindo, então, a emanciparem-se digital e socialmente, em uma sociedade mais justa e igualitária.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Rafael F. de. Aprendizagem e Trabalho Colaborativo na **Educação a Distância**. 2008. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- DEMO, Pedro. Marginalização Digital: Digital Divide. **Boletim Técnico do Senac: a revista da educação profissional**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.5-19, 2007.
- FREIRE, Paulo. Biblioteca Digital Paulo Freire. Disponível em: <http://www.paulofreire.ufpb.br/>. Acesso em: 11 ago. 2009, 10:33.
- FREIRE, Paulo. **Dicionário Paulo Freire**. Danilo R. Streck, Euclides Redin, Jaime José Zitkoski (orgs). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 445p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 34.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997. 148p.
- GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da Informática**. São Paulo: Editora 34, 1999. 203p.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000. 260p.
- MARTINS, Herbert Gomes. GALDINO, Mary N. D. Ensino a distância: entre a institucionalidade e a formação de uma nova cultura. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 29., 2006, Caxambu. **Anais do...** Caxambu: ANPEd, 2006. 14p.
- SCHWARTZ, G. Educar para a emancipação digital. Disponível em: <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/>. Acesso em: 07 abr. 2008, 11:12.

SILVA, Marco; CLARO, Tatiana. Docência Online e a Pedagogia da Transmissão. **Boletim Técnico do Senac: a revista da educação profissional**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.81-89, 2007.

TAKAHASHI, T. Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <[www.socinfo.org.br/](http://www.socinfo.org.br/)>. Acesso em: 11 set. 2008, 23:11.

WITHROW, F. B. **Literacy in the digital age: reading, writing, viewing and computing**. Toronto: ScareCrowEducation, 2004.